

ECONOMIA - Brasil

& TRABALHO

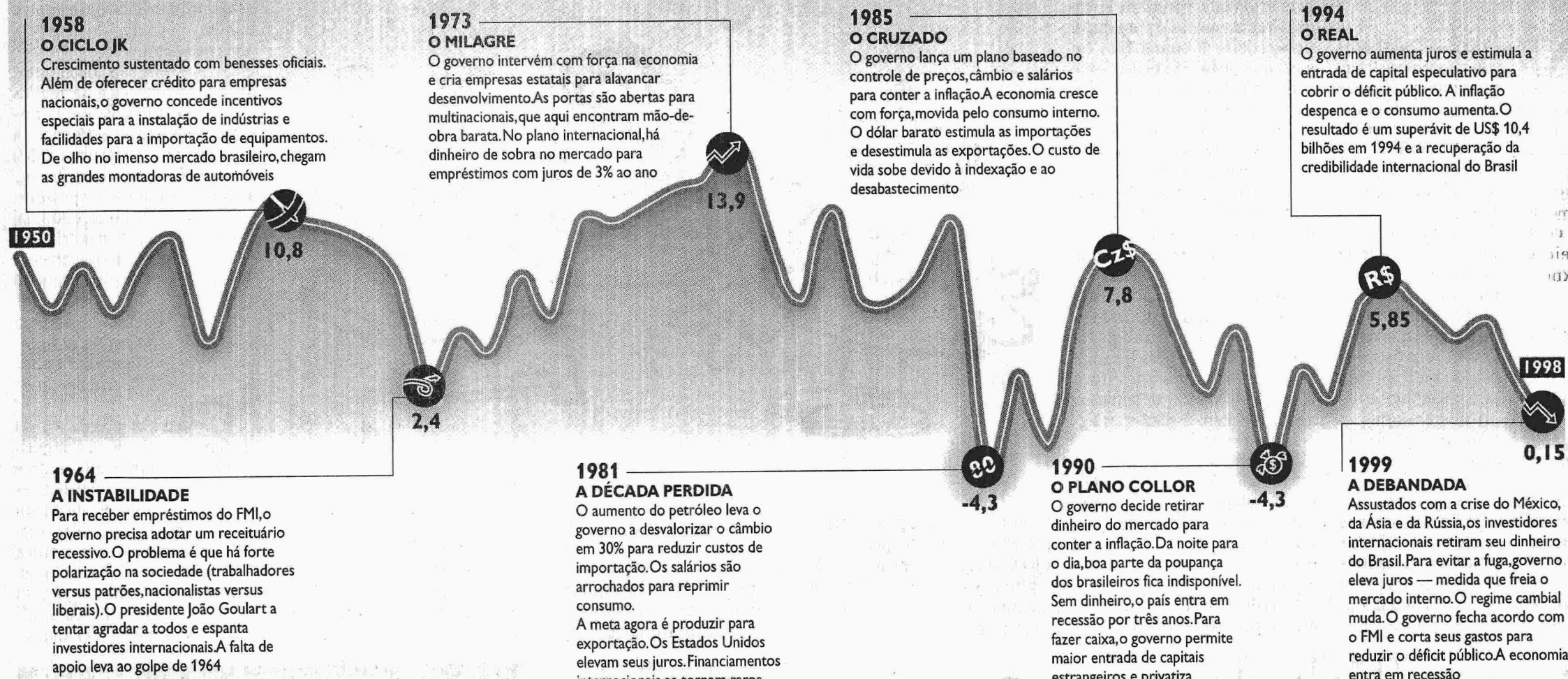
16 Brasília, quinta-feira, 16 de setembro de 1999

CORREIO BRAZILIENSE

SUBEDITORA: Verene Wolke. Telefone: 342-1190/342-1191. Fax: 342-1155. E-mail: economia@cbdata.com.br

O sobe-e-desce da produção

Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro nos últimos 50 anos



O DESAFIO

ESPECIALISTAS DIZEM O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL DEPENDE DE ESTÍMULOS ÀS EXPORTAÇÕES E À POUPANÇA INTERNA

DO CRESCIMENTO

Lauro Rutkowski
Da equipe do Correio

O Brasil chega ao final do século 20 de forma melancólica e imerso em dúvidas. Depois de oito décadas batendo recordes de crescimento, o país está com a economia em crise e procura uma receita de desenvolvimento sustentável para o próximo milênio. Uma fórmula de longo prazo capaz de gerar empregos, redistribuir renda e estimular o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) — a soma de todos os bens e serviços produzidos pelo país em um ano.

Monetaristas, desenvolvimentistas, liberais e antiliberais se debruçam sobre os números e os fatos do século e são unânimes em pelo menos um ponto: é impossível repetir fórmulas do passado — mesmo porque elas só funcionaram em determinados momentos. O mundo mudou. Os capitais migram de um país para o outro como se não existissem fronteiras. Subsídios e incentivos são motivos de sanções pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em nenhum outro momento as economias mais frágeis estiveram tão dependentes das mais fortes. Para muitos economistas, de nada adianta remar contra essa maré. Ao contrário: é preciso aproveitar a onda globalizante deste final de milênio, exportar cada vez mais e acumular capital para investir dentro do país. "Precisamos de um projeto consistente de exportações. Precisamos descobrir o que podemos produzir a preços competitivos e vender a outros países", resume o economista João Paulo dos Reis Velloso, que foi ministro do Planejamento nos governos Médici e Geisel (entre 1969 e 1979). Sua mola-mestra de desenvolvimento coincide com a proposta da Alcides Tápias, o terceiro titular do Ministério do Desenvolvimento, que tomou posse na terça-feira, prometendo apoio à produção das empresas nacionais.

O raciocínio de Reis Velloso é simples: vendendo mais, o Brasil terá condições de reequilibrar

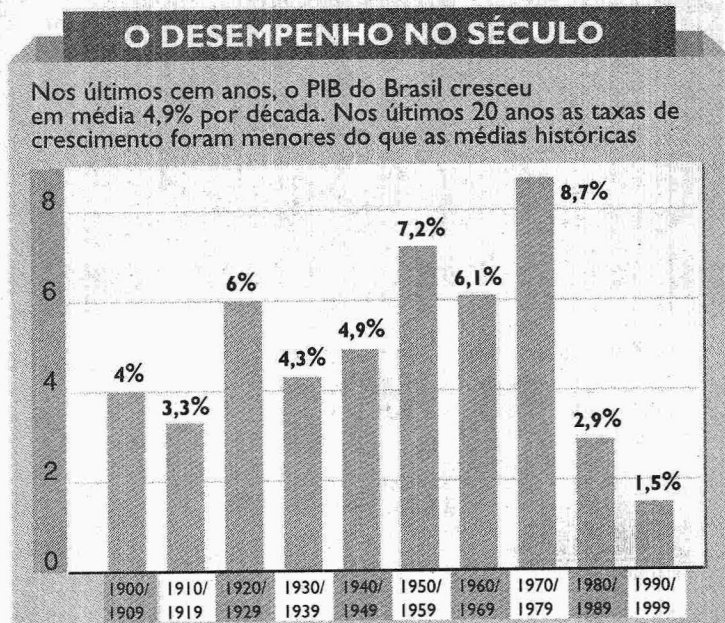
sua balança comercial, combater o déficit público e acumular capital para investimentos na produção e na geração de emprego e renda. Essa receita — seguida com rigor na década de 70 — faliu por vários motivos, entre eles porque os preços dos produtos exportados pelo Brasil tiveram uma queda significativa no mercado internacional.

Empresários e economistas reclamam que o governo Fernando Henrique Cardoso optou por uma política agressiva de importações para gerar competição de preços no mercado interno. Essa política colocou em risco setores de uma economia pouco acostumada à competição. Em um ano de vigência do Real, a balança comercial deixou de apresentar superávit (exportações maiores do que as importações). O Brasil saiu de um superávit de US\$ 10,3 bilhões em 1994 para um déficit de US\$ 3,1 bilhões em 1995. Neste ano, está difícil arriscar: há quem fale em superávit de US\$ 1 bilhão enquanto que outros apostam em déficit de US\$ 2 bilhões.

UNIÃO

Reis Velloso é ambicioso: sonha com um Brasil-potência especializado em produtos de alto valor agregado. Entre os setores que merecem atenção extra, o ex-ministro cita as áreas de química, eletrônica, papel e celulose. Ele defende a formação de conglomerados direcionados para exportação — os chamados *players* internacionais, originados por associação ou fusão. "Nunca demos atenção a este aspecto, mas sem *players* competitivos não há condições de ganhar mercados", diz Reis Velloso. Nesse processo, o governo entraria de forma tímida: com recursos para auxiliar projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. "O tempo dos incentivos e dos subsídios acabou", garante o ex-ministro.

O deputado federal e empresário Emerson Kapaz (PPS-SP), no entanto, defende uma participação um pouco mais incisiva do Estado, por meio de incentivos à produção e exportação. "Precisa-



mos recuperar a cultura de exportação. Desde o Plano Real nos acostumamos a abastecer o mercado interno e mandar para fora somente o que sobra", afirma ele, que é proprietário da fábrica de brinquedos Elka. Kapaz reclama que o governo tem atrapalhado o setor produtivo — o estímulo às importações do Plano Real seria um exemplo — e lamenta que a reforma tributária esteja empacada. "Temos que simplificar os impostos e a burocracia. Um estudo que fizemos mostrou que é preciso 30 horas de tramitação burocrática para efetuar uma exportação", reclamou.

Kapaz toca em um ponto que não passa despercebido por outros economistas e empresários: a necessidade de o Estado organizar suas esferas de atuação. "Queremos que o governo sente com os empresários para traçar uma política de desenvolvimento auto-sustentável", diz o presidente da Gradiente e do Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial (Iedi), Eugênio Staub.

CÂMBIO

Ele acredita que, se o governo tivesse ouvido os empresários com mais atenção, jamais teria seguido o câmbio por mais de dois anos. "Fomos atropelados pelas importações em um momento difícil." Na sua avaliação, o governo se preocupou demais em derrubar a inflação e

deixou de lado problemas graves, como o crescimento da dívida pública pela explosão dos juros e o estrangulamento das exportações pelo câmbio supervalorizado.

"O governo errou o foco e demorou demais para soltar o câmbio. Ou seja, desperdiçou uma ótima chance de definir políticas econômicas de longo prazo, baseada na industrialização e na exportação", avalia Staub. Ele reconhece que, no quadro atual, a retomada do crescimento será missão nada fácil. "É muito mais difícil hoje recuperar o tempo perdido porque o Brasil está muito dependente do capital externo."

Para combater essa dependência, os empresários e economistas dizem que é preciso estimular a poupança interna a níveis superiores a 25% do PIB. Essa poupança interna — hoje em 10% do PIB — seria construída com recursos nacionais (depósitos de caderneta de poupança, dinheiro dos fundos de pensão, capital de bancos e empresas privadas) voltados para o financiamento da atividade produtiva a juros baixos. "Se tivéssemos recursos próprios, não precisaríamos ter juros altos para atrair capital externo", afirma Staub. E, com juros baixos, toda a economia sai ganhando, o crédito fica mais fácil e há maior liquidez no mercado.

O economista Paulo Yokota

resume em uma frase o que é preciso fazer em busca de um futuro melhor: "O Brasil terá de andar com as suas pernas, e não com as muletas dos outros". Segundo ele, os déficits do setor público não podem ser eternamente cobertos pelos financiamentos internacionais — dentro de mecanismo de transferência de poupanças para a economia brasileira que só alimenta a própria dívida com juros.

PROJETO

O professor e economista Márcio Pochmann, da Universidade de Campinas (Unicamp), diz que as exportações e a poupança interna são pontos importantes de um programa de desenvolvimento que tenham por base um projeto sólido de desenvolvimento industrial. Ele ressalta, no entanto, que o tríplice produção-exportação-poupança interna está ameaçado pela atual ordem mundial. "A partir do Consenso de Washington, os países ricos decidiram que só recebem investimentos e recursos para financiamento aquelas países que se abrirem para o resto do mundo. Ou seja, qualquer projeto de desenvolvimento independente pode ser ameaçado pelos países ricos", analisa Pochmann.

Na sua avaliação, o projeto de desenvolvimento de médio prazo passa pela radical mudança na atual pauta de exportações, formada basicamente por produtos agrícolas e minérios. É preciso escolher setores estratégicos e competitivos e incentivá-los de alguma forma", recomenda o economista.

A concessão de incentivos é a base de uma polêmica. Para os monetaristas e liberais, a utilização de dinheiro públicos para estimular a produção gera interferência desnecessária do governo na economia e pode levar ao endividamento público, geralmente coberto mais e piores impostos. Para os desenvolvimentistas e antiliberais, um empurrãozinho do Estado é sempre bem-vindo em setores estratégicos, desde que o benefício seja maior que o custo.

OPINIÕES

João Paulo dos Reis Velloso, economista e ex-ministro do Planejamento



"Precisamos de um projeto consistente de exportações. Temos de descobrir o que podemos produzir a preços competitivos e vender a outros países"

Eugênio Staub, presidente da Gradiente e do Iedi



"Se tivéssemos recursos próprios, uma poupança interna razoável, não precisaríamos ter juros altos para atrair capital externo"

Emerson Kapaz, deputado e diretor da Elka



"Esse é o momento de retirarmos todos os entraves legais e burocráticos que prejudicam o setor produtivo e desenharmos uma política industrial"